



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
SPO - ÁREA 5 - Quadra 3 - Bloco K - térreo - Brasília/DF - CEP: 70610-200
Telefone: (61)3214-0200 - colic.ccg@sipam.gov.br

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 04/CENSIPAM/2020

Processo nº 60090.000694/2019-63

I - IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

UG RECEBEDORA

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – CENSIPAM (UGR: 110511/0001)

CNPJ: 07.129.796/0001-26

Endereço: SPO Área 05, Quadra 03, Bloco K - Asa Sul - CEP: 70610-200, Brasília/DF

Tel: (61) 3214-0204 - E-mail: gabinete@sipam.gov.br

UG DESCENTRALIZADORA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ – (UGR: 682010)

CNPJ: 04.903.587/0001-08

ENDEREÇO: ST SEPN QUADRA 514, Conjunto E – Asa Norte, Brasília -DF - CEP: 70760-540

Tel: (61) 2029 6912 / 2029 6914

II - IDENTIFICAÇÃO DOS REPRESENTANTES

UG RECEBEDORA

Representante: **FERNANDO BAUER**

Cargo: Diretor de Administração e Finanças

Ato de nomeação: Portaria Casa Civil nº 2.166, publicado no D.O.U de 06 de agosto de 2019.

CI/EMISSION: 11904791/3 SSP/SP - CPF: 856.162.818-91

UG DESCENTRALIZADORA

Representante: **MARIO POVIA**

CARGO: Diretor-GERAL

ATO DE NOMEAÇÃO: DECRETO DE 19 DE ABRIL DE 2018, publicado no Diário Oficial da União de 20 de abril de 2018.

CI/EMISSION: 15.589.015 SSP/SP - CPF: 052.473.918-88



III - OBJETO DA DESPESA

Descentralização de recursos orçamentários e financeiros da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, ao Censipam, a fim de custear o rateio de despesas comuns com a manutenção do Centro Regional de Porto Velho, situado Av. Lauro Sodré n.º 6.500 - Aeroporto, na proporcionalidade de 1,19 %, correspondente a 101,81 m² da área física ocupada, conforme detalhado no Plano de Trabalho, anexo do prestente TED, e nas condições deste.

A participação da ANTAQ limita-se à transferência de recursos orçamentários e financeiros correspondentes a 1,19 % (um vírgula dezenove por cento) do valor total das despesas relativas aos contratos administrativos inerentes aos serviços de segurança patrimonial, recepção, limpeza e conservação, limpeza da área verde, energia elétrica, manutenção predial e copeiragem e garçom, ficando as demais atribuições a cargo do Censipam.

IV – JUSTIFICATIVA

A missão institucional do Censipam é a promoção da proteção da Amazônia Legal por meio da sinergia das ações de governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento.

A atuação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, se integra a missão do Censipam, compartilhando conhecimento atualizados para a articulação, planejamento e coordenação no âmbito do governo na Amazônia Legal brasileira.

A Agência dedica-se a tornar mais econômica e segura a movimentação de pessoas e bens pelas vias aquaviárias brasileiras, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas. Arbitra conflitos de interesses para impedir situações que configurem competição imperfeita ou infração contra a ordem econômica, e harmoniza os interesses dos usuários com os das empresas e entidades do setor, sempre preservando o interesse público.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ tem como missão assegurar à sociedade a adequada prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e hidroviária, garantindo condições de competitividade e harmonizando os interesses público e privado, além de Estudos de Impactos Ambientais que tem como objetivo por meio da [Resolução CO-NAMA nº 01/86](#) o estudo ambiental a empreendimentos de significativo impacto ambiental, como as obras portuárias na identificação e tratamento da relação de agente impactador e o impacto por ele ocasionado devendo caracterizar o ambiente a ser alterado, traduzindo claramente e objetivamente a relação entre agentes impactantes e os impactos decorrentes. Baseiam-se em instrumentos de controle e minimização da degradação ambiental, peças imprescindíveis da gestão ambiental.

Essas ações integram com a missão do Censipam para um melhor direcionamento de navegabilidade nos rios da Amazônia, integrando conhecimento atualizados para a articulação, planejamento



e coordenação no âmbito do governo na amazônia legal brasileira, implementadas no Centro Regional de Porto Velho para atender as demandas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Para tanto, atentando-se às necessidades de ambos os órgãos, entendeu-se que o melhor atendimento ao interesse público no local se dará com a possibilidade de formalização de rateio de despesas referente a uma área de 101,81m² de parte total do imóvel do Centro Regional de Porto Velho do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam.

V - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM:

- a) indicar, formalmente, seu representante nos entendimentos formais entre as Instituições;
- b) fica a cargo do Censipam a formalização das contratações dos serviços objeto de rateio, bem como a manutenção destes contratos;
- c) supervisionar a execução dos serviços e apresentar a ANTAQ as informações necessárias ao rateio;
- d) providenciar semestralmente, o cálculo do percentual referente as faturas dos contratos passíveis de rateio, já incluídos os impostos. Conforme demonstrativo analítico - ANEXO I;
- e) providenciar laudo de vistoria das áreas ocupadas pela ANTAQ;
- f) responsabilizar-se pela guarda e controle de acesso das dependências compartilhadas;
- g) registrar o Termo de Execução Descentralizada no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI;
- h) receber e movimentar os créditos orçamentários e recursos financeiros, exclusiva e integralmente no cumprimento do objeto;
- i) encaminhar a ANTAQ as cópias dos contratos e termos aditivos das alterações ocorridas nos contratos vigentes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ

- a) indicar, formalmente, seu representante nos entendimentos formais entre as Instituições;
- b) responsabilizar-se pela guarda e controle de acesso das dependências ora compartilhadas;



c) realizar as reformas/reparos necessárias à manutenção predial, correspondente à área ocupada, como também adequar as instalações às suas necessidades, cumprindo os padrões já existentes da estrutura predial, assim como as normas da ABNT, apenas com autorização prévia do CENSIPAM;

d) arcar com as despesas relativas aos serviços de instalação de todos os equipamentos, utensílios e remanejamento de bens móveis a serem instalados na área ocupada, ficando responsável pelo Processo Licitatório;

e) utilizar os espaços, tanto o de utilização exclusiva, quanto os compartilhados em conformidade com as normas e procedimentos internos do CENSIPAM;

f) responder pelos danos causados pelos seus agentes às áreas físicas compartilhadas, apurando as responsabilidades para efeito de indenização ao erário;

g) devolver a área ocupada em perfeito estado de uso e conservação, após realizadas todas as reformas/reparos, pintura e demais serviços identificados no momento da vistoria de devolução da área.

h) providenciar a descentralização dos créditos orçamentários e recursos financeiros, via Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, visando o ressarcimento mensal das despesas, conforme acordado;

i) providenciar a descentralização dos créditos orçamentários e recursos financeiros, via Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, visando o ressarcimento semestral das despesas, conforme acordado;

Integra este termo, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho, cujos dados ali contidos acatam os partícipes e se comprometem em cumprir, sujeitando à legislação em vigor e, em especial, ao disposto na:

- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, no que couber;
- Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993;
- Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013;
- Portaria Conjunta MP/MF/CGU nº 8, de 7 de novembro de 2012.

VI – DO RATEIO DAS DESPESAS

Fica garantida a participação da ANTAQ, aplicando-se percentual estabelecido mediante espaço ocupado, a fim de custear as despesas comuns das seguintes prestações de serviço:

I - Contrato de Manutenção preventiva e corretiva, do SEE – Sistema de Energia Elétrica, Climatização e Automação;

II - Contrato Segurança Patrimonial;

III - Contrato Serviço de Limpeza da Área Verde;

IV - Contrato de Recepcionistas;

V - Contrato de Energia Elétrica;

VI - Contrato de Copeiragem e Garçom;

VII - Contrato de Limpeza e Conservação.

DAV



VII – DENÚNCIA E RESCISÃO

Este Termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de sessenta dias, bem como rescindido, independentemente de prévia notificação, quando um dos partícipes descumprir as responsabilidades e compromissos assumidos, ou pela superveniência de norma ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ficando os envolvidos responsáveis pelas responsabilidades e compromissos e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitadas as responsabilidades e compromissos assumidos perante terceiros.

VIII - VIGÊNCIA

O Termo de Execução Descentralizada terá vigência de 60 (sessenta) meses a contar da data de sua assinatura, prorrogável por igual período mediante termo aditivo, podendo ser rescindido mediante acordo entre as partes, manifesto por escrito, com antecedência mínima de 30(trinta) dias.

IX - DA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO

A transferência de créditos orçamentários e recursos financeiros deverá ser realizada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ (UG: 682010, Gestão 0001), à conta da dotação alocada em seu respectivo orçamento, obedecendo os grupos de natureza de despesa (GND) dos contratos de manutenção elencados no CRONOGRAMA DE RATEIO, obedecendo os períodos previstos no CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO DA EXECUÇÃO, conforme delimitado no Plano de Trabalho nº 04/2020.

X - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à Unidade Receptora providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

XI – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado, observado o disposto no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei nº 13.019, 2014, no art. 88 do Decreto nº 8.726, de 2016, e em Ato do Advogado-Geral da União.

Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração o foro da Justiça Federal, nos termos do inciso I do art. 10 a Constituição Federal.”



XII - DATA E ASSINATURAS

Brasília, 18 de fevereiro de 2020.



FERNANDO BAUER
Diretor de Administração e Finanças



MARIO POVIA
Diretor-Geral

TESTEMUNHAS:



GEORGIA M. GUIMARÃES DE OLIVEIRA

CPF: 373.387.571-00



ANTÔNIA IRISMAR OLIVEIRA GUIMARÃES

CPF: 484.076.401-82

